

# Juarez eximi<sup>190</sup>-se ontem das acusações sobre Bodoquena

Com o argumento de que sua participação no caso Bodoquena fora solicitada pelo governador Wilson Barbosa Martins, através de um acordo firmado entre o Governo do Estado, Funai, Terrasul, Inkra e Fetagri, o secretário de Justiça conseguiu eximir-se ontem das acusações que lhe eram feitas por deputados do PDS. O depoimento do secretário e o debate durante seis horas, entremeados de discussões ásperas, mas no final tranquilas.

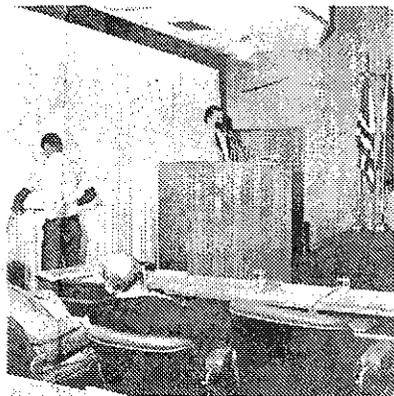
O secretário de Justiça fez um relato profundo de toda a situação da Bodoquena e, no final, apresentou uma lista de pessoas que estão envolvidas na questão Bodoquena. O documento é o cadastro realizado recentemente na área e cita mais de cem grandes latifundiários como beneficiados pela Funai através de títulos de arrendamento. Entre os nomes incluídos na relação, estão vários empresários, (cuja grande maioria residem em outros estados) destacando os membros da família Coelho em Mato Grosso do Sul. O prefeito Lúdio Martins Coelho é um dos nomes citados no cadastro.

A lista de arrendatários, acabou sendo o principal assunto da sessão extraordinária, desvirtuando inclusive, o próprio tema, que solicitava esclarecimentos sobre a participação do secretário de Justiça nos conflitos. Ao responder a pergunta do autor do requerimento de convocação, deputado Roberto Djalma Barros, do PDS, Juarez mostrou o documento firmado no gabinete do governador Wilson Barbosa Martins, mas negou que tenha autorizado ou

determinado a ida de três mulheres à reserva para insuflar os posseiros a permanecer na área e não prestar informações à Comissão que formulava o cadastro geral da área exibido ontem. Esse cadastro relaciona arrendatários, posseiros, proprietários titulados pelo Governo e índios Kadiwéus.

O deputado Roberto Djalma Barros revelou depoimentos dados por três membros da Comissão Pastoral da Terra (todas mulheres), que a presença de incitadores na reserva havia sido orientada pelo secretário de Justiça. Essa missão, segundo os depoimentos, usava um veículo oficial da Secretaria de Justiça e um motorista cedido pelo Governo do Estado. Ao ser indagado sobre essa questão, Juarez disse que apenas cedeu o veículo solicitado pela CPT, mas não tinha conhecimento das pessoas que estiveram entre os posseiros.

Toda a parte dos debates foi marcada por incidentes provocados por uma platéia peemedebista, que criticava as posições pedessistas e aplaudia os pronunciamentos do secretário e deputados do PMDB. O presidente da Assembléia, deputado Walter Carneiro, ameaçou várias vezes evacuar o plenário, e só depois da prorrogação da sessão, a discussão ganhou rumos esclarecedores. O secretário desvirtuou o assunto pelo qual fora convocado e entrou no terreno de soluções, conseguindo, a partir daí, que os próprios deputados do PDS se posicionassem a favor de sua proposta de resolver o problema.



**Juarez diz que interviu a pedido do governador**

O secretário de Justiça e o Governo do Estado defendem uma solução através da revisão da medição feita em 1.981 pelo Exército, que anexou 165 mil hectares ao patrimônio indígena, segundo os documentos históricos exibidos ontem pelo Diretor Geral do Terrasul, Euclides Faria. A medição feita pelo Exército, com informações da Funai, aponta uma área de 538 mil hectares como parte da reserva, enquanto os mapas mais antigos, resultantes da medição feita por Barros Maciel em 1.899, indicam 373 mil hectares.

A discussão política travada ontem na Assembléia Legislativa, com todas as questões técnicas levantadas, serão encaminhadas em forma de dossiê ao Ministério Extraordinário Para Assuntos Fundiários, solicitando uma solução para o problema. Pelos pronunciamentos dos deputados das duas bancadas, a Assembléia Legislativa passa, a partir

de agora, depois de se aprofundar na questão, a ser parte integrante do problema que envolve índios e posseiros, embora o outro aspecto esclarecido ontem seja também o envolvimento de fazendeiros e arrendatários. Os fazendeiros possuem títulos expedidos pelo Governo de Mato Grosso, mas estão localizados na parte norte da reserva.

O secretário de Justiça, Juarez Marques Batista livrou-se das acusações de incitador dos conflitos e deixou para apreciação do Legislativo, o cadastro e todos os documentos históricos que fortalecem a tese da manutenção da reserva com 373 mil hectares. A Funai, que não abre mão das 538 mil hectares, não participou da sessão de ontem, e deverá ter bons argumentos para sustentar a medição feita pelo Exército.

A sessão de ontem permitiu ao secretário de Justiça, fazer todos os esclarecimentos que tinha intenção. Ao invés de arcar com a responsabilidade sobre os conflitos, ele conseguiu convencer os deputados que é necessário uma tomada de posição conjunta para resolver os problemas existentes hoje na reserva. Ficou claro que a disputa pelas 165 mil hectares em litígio ganhou novos aliados na Assembléia Legislativa, a favor do Governo do Estado, embora, a partir de agora, seja esperada uma movimentação por parte de segmentos indigenistas. Ontem o presidente da União Nacional dos Indígenas, Domingos Vinicius, assistiu e gravou toda a sessão, acompanhado de representantes de nações indígenas de Mato Grosso do Sul.

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte:

*Comício do Estado*

Class.:

161

Data:

01.09.83

Pg.: